

Água Limpa
Energia S.A.
(Em fase pré-operacional)

**Demonstrações contábeis em
31 de dezembro de 2018**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis	3
Balanço patrimonial	6
Demonstração do resultado	7
Demonstração do resultado abrangente	8
Demonstração das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto)	9
Demonstração dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações contábeis	11



KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos Acionistas e Diretores da
Água Limpa Energia S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Água Limpa Energia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Água Limpa Energia S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional (ausência de licença ambiental para dar continuidade na construção do empreendimento)

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1 às demonstrações contábeis, que indica que a Companhia possui autorização de exploração da Pequena Central Hidrelétrica - PCH Antônio Dias, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica, outorgada pela União pelo prazo de 35 anos. Porém, a Companhia vem enfrentando dificuldades para obtenção da Licença Ambiental de Instalação – LI, o que está afetando diretamente o início da construção da Pequena Central Hidrelétrica e por consequência a validade do contrato de autorização de exploração da usina. Conforme apresentado na Nota 1, esses eventos ou condições descritos na Nota 1 indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.



- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de janeiro de 2021

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6


Fabian Junqueira Sousa
Contador CRC 1SP235639/O-0


Daniel A. da S. Fukumori
Contador CRC 1SP245014/O-2

Água Limpa Energia S.A.

Balanço patrimonial

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2018	31/12/2017
Ativo circulante		38	19
Caixa e equivalentes de caixa	5	37	12
Tributos e contribuições sociais a compensar		-	7
Outros ativos		1	-
Não circulante		7.804	7.425
Imobilizado	6	7.742	7.385
Intangível	6	62	40
Total do ativo		7.842	7.444

	Nota	31/12/2018	31/12/2017
Passivo circulante		18	38
Fornecedores		15	24
Tributos e contribuições sociais a recolher	7	3	1
Credores diversos		-	13
Não circulante		360	7.436
Adiantamento para futuro aumento de capital - Partes relacionadas	8.1	360	7.436
Patrimônio líquido		7.464	(30)
Capital social	9	7.517	10
Prejuízo acumulado		(53)	(40)
Total do passivo e patrimônio líquido		7.842	7.444

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Água Limpa Energia S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

	31/12/2018	31/12/2017
Despesas operacionais		
Administrativas e gerais	(13)	(13)
Prejuízo do exercício	(13)	(13)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Água Limpa Energia S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	31/12/2018	31/12/2017
Prejuízo do exercício	<u>(13)</u>	<u>(13)</u>
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Total do resultado abrangente do exercício	<u><u>(13)</u></u>	<u><u>(13)</u></u>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Água Limpa Energia S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto)

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Prejuízo acumulado	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2016	10	(26)	(16)
Prejuízo do exercício	-	(13)	(13)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	10	(40)	(30)
Prejuízo do exercício	-	(13)	(13)
Aumento de capital	7.507	-	7.507
Saldo em 31 de dezembro de 2018	7.517	(53)	7.464

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Água Limpa Energia S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2018	31/12/2017
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo do exercício		(13)	(13)
Itens que não afetam caixa e equivalentes de caixa			
Receita de aplicações financeiras		(1)	-
		(14)	(13)
(Aumento) redução no ativo			
Tributos e contribuições sociais a compensar		7	3
		7	3
Aumento (redução) no passivo			
Fornecedores		(9)	(1)
Tributos e contribuições sociais a recolher		2	(9)
Outros passivos circulantes		(13)	13
		(20)	3
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		(27)	(7)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Adições no imobilizado	7	(357)	(358)
Adições no intangível	7	(22)	(12)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(379)	(370)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Adiantamento para futuro aumento de capital - partes relacionadas	8.1	431	160
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos		431	160
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa		25	(217)
Demonstração da redução (aumento) no caixa e equivalentes de caixa			
Saldo no início do exercício		12	229
Saldo no final do exercício		37	12
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa		25	(217)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de forma diferente)

1 Informações Gerais

A Água Limpa Energia S.A. (“PCH - Antônio Dias” ou “Companhia”) foi constituída em 17 de dezembro de 2013 e tem como propósito implantar e explorar a Pequena Central Hidrelétrica - PCH Antônio Dias, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica, localizado no Rio Piracicaba, Bacia Hidrográfica Atlântico Leste, Sub-Bacia 56, Município de Antônio Dias, Estado de Minas Gerais, constituída por duas Unidades Geradoras de 11.500 kW, totalizando 23.000 kW de capacidade instalada e 11.440 kW médios de garantia física de energia. A autorização, por meio da Portaria do Ministério de Minas e Energia nº 346, publicada em 18 julho de 2014, permite a exploração da Usina pelo prazo de trinta e cinco anos, a contar da data de sua publicação (até 2049).

A sede da Companhia está localizada na Rua Gomes de Carvalho nº 1996, 16º andar, cj. 161, sala B, Vila Olímpia, cidade de São Paulo, estado de São Paulo.

A acionista controladora da Água Limpa Energia S.A. é a Alupar Investimentos S.A. (“Alupar”), com sede em São Paulo.

O início da operação comercial da 1ª Unidade Geradora estava previsto para 30 de novembro de 2016 e a 2ª, para 30 de dezembro de 2016.

Entretanto, em 29 de maio de 2017, em função da não obtenção da Licença Ambiental de Instalação – LI, a Companhia comunicou ao mercado o resultado do Mecanismo de Contratação de Sobras e Déficits - MCSD A4+, publicado pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, que rescindiu, a pedido da empresa, 100% dos CCEARs do 18º LEN de 2013, o que a desobrigou da entrega da energia no Ambiente de Contratação Regulada – ACR a partir de maio de 2018. A empresa não possuía energia comercializada no Ambiente de Contratação Livre – ACL.

A Companhia vem enfrentando dificuldades para obtenção da Licença Ambiental de Instalação – LI que está afetando diretamente o início da construção da Pequena Central Hidrelétrica e por consequência a validade do contrato de autorização de exploração da usina. A continuidade operacional da Companhia, dependerá da obtenção da licença ambiental, de modo que possa iniciar a construção e seguir o curso normal da operação. Até presente data não houve manifestação por parte do órgão estadual de meio ambiente de Minas Gerais, do Ministério de Minas e Energia e da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL sobre o respectivo assunto. Considerando que nesse momento há uma incerteza em relação a obtenção da respectiva licença ambiental, a Companhia entende que há dúvida significativa quanto a sua capacidade de continuidade operacional, em decorrência desse assunto.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

A diretoria da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações contábeis em 26 de janeiro de 2021.

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2 Base de preparação e apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Não há informações sobre julgamentos críticos referente as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

3 Sumário das principais práticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente para os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis.

3.1 Ativos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

3.1.1 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras, e são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, sendo apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado.

3.1.2 Instrumentos financeiros derivativos

Não houveram operações com instrumentos financeiros derivativos durante o exercício de 2018 e 2017, incluindo operações de hedge.

3.2 Redução ao valor recuperável dos ativos - Impairment

Ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros, exceto estoques e imposto de renda diferido, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

As perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado diminuída ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

A Administração da Companhia não identificou indicativos de perda no valor recuperável dos ativos não financeiros que justificasse a necessidade de teste de impairment em 31 de dezembro de 2018.

3.3 Provisões e passivos circulantes e não circulantes

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial.

3.4 Passivos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Os instrumentos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo.

Fornecedores são classificados como empréstimos e recebíveis.

3.5 Instrumentos financeiros - apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.6 Imobilizado

O imobilizado está registrado pelo custo de aquisição e/ou construção mais juros capitalizáveis, menos a depreciação acumulada. A depreciação é calculada com base na vida útil econômica estimada dos bens, pelo método linear, por categoria de bem, nos termos da Resolução ANEEL nº 674/2015.

A administração revisa periodicamente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 não foram identificados tais eventos ou circunstâncias nas atividades da Companhia. Uma perda é reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo ou grupo de ativos de longa duração. O valor provável de recuperação é determinado como sendo o maior valor entre (a) o valor de venda estimado dos ativos menos os custos estimados para venda e (b) o valor em uso. Com o objetivo de avaliar o valor recuperável dos ativos através do valor em uso, utiliza-se o menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (unidade geradora de caixa - UGC).

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

3.7 Intangível

O ativo intangível está registrado pelo custo de aquisição deduzido da melhor estimativa de amortização.

3.8 Tributação

3.8.1 Imposto de renda e contribuição social - correntes

O Imposto de renda (IR) e a Contribuição social (CS) são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 para o imposto de renda e 9% para a contribuição social sobre o lucro tributável sob o regime de apuração com base no Lucro Real Anual.

4 Pronunciamentos técnicos revisados

Novas normas, alterações e interpretações de normas a partir de 1º de janeiro de 2018

A Companhia adotou o CPC 47 / IFRS 15 Receitas de Contratos com Clientes e o CPC 48 / IFRS 9 Instrumentos Financeiros a partir de 1º de janeiro de 2018, contudo, sem efeito material nessas demonstrações contábeis.

CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente - a partir de 1º de janeiro de 2018

Esta norma introduziu um novo modelo para o reconhecimento de receitas provenientes dos contratos com clientes que enfatiza o reconhecimento da receita como a transferência do controle de bens ou serviços aos clientes e as obrigações de desempenho atreladas, em lugar do princípio da transferência de riscos e benefícios, considerando qual montante espera ser capaz de trocar por aqueles bens ou serviços e quando a receita deve ser reconhecida.

A Companhia avaliou e não identificou impactos significativos na adoção desta norma para reconhecimento da receita.

CPC 48 / IFRS 9 Instrumentos Financeiros - a partir de 1º de janeiro de 2018

O CPC 48 trouxe como principais modificações: (i) requerimentos de redução ao valor recuperável (impairment) para ativos financeiros passando para o modelo híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; (ii) novos critérios de classificação e mensuração de ativos financeiros; e (iii) torna os requisitos para contabilidade de hedge (hedge accounting) menos rigorosos.

As mudanças nas políticas contábeis resultantes da adoção do CPC 48 foram aplicadas retrospectivamente, conforme requerido pela norma, todavia, a Companhia não identificou ajustes a serem realizados nas demonstrações contábeis do exercício comparativo.

A Companhia realizou uma avaliação de impacto detalhada na adoção da nova norma e identificou os seguintes aspectos:

Classificação e mensuração

O CPC 48 apresenta uma nova abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros que refletem o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa.

O pronunciamento simplifica o modelo de mensuração atual para ativos financeiros e estabelece três categorias de classificação: (i) mensurados ao custo amortizado; (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA); e (iii) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR).

A Companhia alterou a classificação nas rubricas relacionadas abaixo. A alteração na classificação não impactou a mensuração dos itens, não havendo assim impacto significativo nas demonstrações contábeis.

	Classificação CPC 38	Classificação CPC 48
Equivalentes de caixa		
Títulos e valores mobiliários	Valor justo por meio de resultado	Valor justo por meio de resultado
Contas a receber de clientes	Valor justo por meio de resultado	Valor justo por meio de resultado
	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado

Redução ao valor recuperável

A nova norma substitui o modelo de "perdas incorridas" do CPC 38 (IAS 39) por um modelo prospectivo de "perdas de crédito esperadas". A Companhia não identificou impactos relevantes na adoção desta norma em PCLD (Perdas com Crédito de Liquidação Duvidosa), bem como na rubrica de contas a receber de clientes.

CPC 06 (R2) Operações de Arrendamento Mercantil (IFRS 16) - a partir de 1º de janeiro de 2019

A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários.

A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações contábeis de acordo com as IFRSs e apenas para entidades que aplicam o CPC 47 / IFRS 15 em ou antes da data de aplicação inicial do CPC 06 (R2) / IFRS 16.

A Companhia não é arrendatária em contratos de arrendamento mercantil e, portanto, não haverá impactos da adoção do CPC 06 (R2).

5 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2018	31/12/2017
<u>Caixa e equivalentes de caixa:</u>		
Aplicações financeiras	37	12
	<u>37</u>	<u>12</u>

As aplicações financeiras são de liquidez imediata, sem carência e foram remuneradas, em média, de 85% a 90% do CDI em 31 de dezembro de 2018, a mesma média apresentada em 2017.

6 Imobilizado e intangível

O saldo no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 representa as adições ocorridas no ativo imobilizado e intangível referentes substancialmente a, investimentos em materiais, equipamentos e serviços, destinados a construção e implantação da PCH Antônio Dias. Os registros contábeis respeitam as instruções, conceitos e normas específicas vinculadas ao serviço outorgado de energia elétrica. Os mesmos estão constituídos da seguinte forma:

	Saldo em 31/12/2016	Adições	Saldo em 31/12/2017	Adições	Saldo em 31/12/2018
<u>Imobilizado em curso</u>					
Equipamentos de informática	10	-	10	-	10
Móveis e utensílios	8	-	8	-	8
A ratear (1)	6.996	371	7.367	357	7.724
Adiantamento a fornecedor	15	-	15	-	15
Receita de aplicação (2)	(2)	(13)	(15)	-	(15)
Total do imobilizado em curso	7.027	358	7.385	357	7.742
<u>Intangível em curso</u>					
Licença de uso de software	28	12	40	22	62
Total do intangível	28	12	40	22	62

- (1) Imobilizado em curso - a ratear: são registrados os custos realizados em benefício da obra, como um todo, que não sejam passíveis de alocação direta ao custo do respectivo bem e direito. Estes gastos, ao final da construção, serão rateados e alocados ao ativo imobilizado em serviço, segundo critérios de unitização, conforme orientação do Manual de Controle Patrimonial da ANEEL.
- (2) Receita de aplicação: a Companhia agrega, ao custo de construção no ativo imobilizado em curso, as receitas de aplicações incorridas sobre aplicações financeiras. O montante capitalizado até 31 de dezembro de 2018 foi de R\$ 15. As taxas de juros aplicáveis para estão demonstradas na nota explicativa 05 (caixa e equivalentes de caixa).

7 Tributos e contribuições sociais a recolher

Conforme determinações legais, a Companhia efetuou retenções na fonte e/ou antecipações para posterior compensação de tributos e contribuições sociais. Os saldos destes tributos e contribuições sociais estão assim constituídos:

	31/12/2018	31/12/2017
<u>Tributos e contribuições sociais a recolher</u>		
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	1	1
Retenção PIS/COFINS/CSLL	1	-
Outros	1	-
	3	1

8 Partes relacionadas

8.1 Transações com partes relacionadas

Conforme definições contidas no Pronunciamento CPC 5 (R1), identifica-se como partes relacionadas os acionistas, empresas ligadas ao grupo controlador, os administradores e demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares. Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os saldos em aberto na data-base das demonstrações contábeis provenientes de transações ativas e/ou passivas com partes relacionadas são:

	31/12/2018	31/12/2017
<u>Passivo não circulante</u>		
Adiantamento para futuro aumento de capital - Alupar Investimentos S.A (1)	360	7.436
	360	7.436

- (1) A Companhia está em fase pré-operacional e não possui recursos próprios assim depende de recursos por parte da acionista (efetuados à título de adiantamento de futuro aumento de capital) para implantação da PCH Antônio Dias. Em 31 de dezembro de 2017 os valores acima não possuem características de instrumento patrimonial.

8.2 Remuneração da alta administração

De acordo com o nosso Estatuto Social, é de responsabilidade da Assembléia Geral de Acionistas definir a remuneração global dos membros do Conselho de Administração bem como sua distribuição.

A política de remuneração da Companhia aplicável aos Administradores é dividida em uma remuneração fixa e, exclusivamente para os membros da Diretoria, uma parcela variável baseada no desempenho e alcance de metas.

	31/12/2018	31/12/2017
Benefícios de curto prazo (1)	43	155
Total	43	155

- (a) Compostos por ordenados, salários e benefícios não monetários (tais como assistência médica, moradia, automóveis e bens ou serviços gratuitos ou subsidiados).

9 Patrimônio líquido

Em 01 de agosto de 2018 a Companhia aumentou seu capital social, mediante conversão de adiantamento para futuro aumento de capital, já aportado em R\$ 7.507 (mediante subscrição de 7.507 mil novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal), passando o mesmo de R\$ 10 para R\$ 7.517.

A composição acionária da Companhia em 31 de dezembro de 2018 e 2017 é a seguinte:

	31/12/2018		31/12/2017	
	Ordinárias		Ordinárias	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Acionistas				
Alupar Investimento S/A	7.516.090	99,99%	9.000	90,00%
AF Energia S/A	1.000	0,01%	1.000	10,00%
Total das ações	<u>7.517.090</u>	<u>100,00%</u>	<u>10.000</u>	<u>100,00%</u>

10 Instrumentos financeiros e gestão de risco

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração.

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado.

10.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

As metodologias utilizadas pela Companhia para a divulgação do valor justo e classificação dos instrumentos financeiros foram as seguintes:

- Caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber de clientes e fornecedores se aproximam do seu respectivo valor contábil assim a divulgação destes permanecem inalteradas e são classificados da seguinte forma: Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários como valor justo por meio do resultado, contas a receber de clientes como custo amortizado e fornecedores como outros passivos financeiros.

Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

10.2 Hierarquia do valor justo

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação.

Nível I - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível II - outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente, e

Nível III - técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros no período findo em 31 de dezembro de 2018, não houve transferência entre avaliações de valor justo nível I e nível II, e nem transferência entre avaliações de valor justo nível III e nível II.

10.3 Riscos resultantes de instrumentos financeiros

A Companhia possui os seguintes riscos associados aos seus negócios:

Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos alocados em caixa, equivalentes de caixa. A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais e conceitos internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre os seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas.

Risco de regulação

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

Risco de taxas de câmbio

A Companhia não tem operações em moeda estrangeira.

Risco de liquidez

Tão importante quanto a qualidade da geração de caixa operacional do negócio é a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

11 Efeitos não caixa nas atividades de financiamentos

A companhia não apresentou na rubrica Atividades de investimentos o respectivo aumento de capital no montante de R\$ 7.507 pois o mesmo não afetou o caixa durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 o mesmo foi integralizado via transferência da conta Adiantamento para futuro aumento de capital NE 8.1.

12 Eventos Subsequentes

Em 09 de dezembro de 2019 a Companhia integralizou Capital por meio de AFAC no montante de R\$ 430.

14/01/2020 - AFAC recebido da Alupar Investimento S/A no montante de R\$ 10.

31/03/2020 - AFAC recebido da Alupar Investimento S/A no montante de R\$ 30

10/09/2020 - AFAC recebido da Alupar Investimento S/A no montante de R\$ 10

Efeitos do Coronavírus nas Demonstrações contábeis

Na data de emissão destas Demonstrações financeiras, a Companhia avaliou os possíveis impactos do COVID-19 em seus negócios, e concluiu que nesse momento, não existem riscos substanciais que possam afetar o curso normal de suas operações, além daqueles já divulgados na nota explicativa 1.

* *

Patrícia Nalini Savio Ferreira
Contadora - CRC 1SP237063/O-2